

COLUBHE 2026

Universidade do Algarve, 4-7 Maio 2026

Mesa Coordenada:

A investigação sobre o sindicalismo docente no Brasil e em Portugal. Passado, presente e futuros possíveis

António Teodoro

CeiED, Universidade Lusófona

O poder do protesto: sindicalismo docente, democracia e escola pública

Prezados/as Colegas,

A democracia portuguesa não se consolidou apenas nas instituições que emergiram após o 25 de Abril. Consolidou-se, também — e de forma decisiva — nas ruas, nas escolas e nos espaços coletivos de organização profissional. Entre esses espaços, o movimento sindical dos professores ocupa um lugar singular.

O projeto *The Power of Protest* convida-nos precisamente a olhar para o sindicalismo docente para além da sua dimensão tradicional. Não apenas como um ator reivindicativo, centrado em salários ou carreiras, mas como um verdadeiro movimento social, capaz de intervir na construção da democracia e na definição do que entendemos por escola pública.

No caso português, esta história começa antes da própria democracia. Nos últimos anos do Estado Novo, emergem os chamados grupos de estudo — espaços muitas vezes discretos, por vezes semiclandestinos, onde professores se reuniam para pensar a escola e a profissão. Esses grupos constituíram o embrião dos futuros sindicatos.

Mas o mais relevante é que, desde a sua origem, estes coletivos não separavam o que tantas vezes se separa: as reivindicações profissionais e o projeto educativo. A luta por melhores condições de trabalho coexistia com uma reflexão profunda sobre a democratização da escola, o alargamento do acesso, a justiça social e a renovação pedagógica.

Não se tratava apenas de defender professores. Tratava-se de pensar o papel da educação numa sociedade que aspirava a ser mais justa e mais livre.

Quando ocorre a Revolução dos Cravos, essa energia acumulada não desaparece — transforma-se. Os Grupos de Estudo dão origem a estruturas sindicais, mas trazem consigo algo fundamental: uma cultura de participação, de debate e de intervenção pública.

É isso que explica, em grande medida, a força e a singularidade do sindicalismo docente em Portugal nas décadas seguintes.

Uma das expressões mais marcantes dessa singularidade foi a construção de uma **unidade inédita da profissão docente**. Num movimento pouco comum no plano internacional, os sindicatos portugueses procuraram organizar, em estruturas amplas e inclusivas, educadores de infância, professores do ensino básico e secundário e docentes do ensino superior, abrangendo tanto o ensino público como o particular e cooperativo.

Essa opção não foi apenas organizativa. Foi profundamente política e simbólica. Ao recusar fragmentações corporativas, o sindicalismo docente contribuiu para afirmar a ideia de uma profissão com responsabilidades comuns na construção da escola pública e da democracia. A unidade tornou-se, assim, uma forma de reforçar a capacidade de intervenção coletiva e de dar coerência a um projeto educativo partilhado.

Os sindicatos de professores não se limitaram, por isso, a negociar carreiras ou salários. Foram atores centrais na construção de um consenso alargado em torno da escola pública como pilar da democracia. Intervieram nos debates sobre políticas educativas, mobilizaram professores em defesa de princípios, contribuíram para dar densidade social à própria ideia de educação como bem comum.

Mas fizeram mais do que isso. Tiveram um papel decisivo na própria **construção da identidade docente no Portugal democrático**.

Num contexto de rápida expansão do sistema educativo, de diversificação de percursos e de recomposição das funções da escola, os sindicatos foram espaços fundamentais de produção de sentido profissional. Através do debate, da ação coletiva e da participação, ajudaram a definir o que significa ser professor numa sociedade democrática: não apenas um transmissor de conhecimentos, mas um profissional com responsabilidades sociais, culturais e cívicas.

O protesto — frequentemente reduzido a uma dimensão de conflito — desempenhou aqui um papel essencial. As greves, as manifestações, os plenários não foram apenas instrumentos de pressão. Foram, também, espaços de aprendizagem democrática. Espaços onde se construíram identidades profissionais, onde se experimentaram formas de participação, onde se exercitou a cidadania.

Os professores não foram apenas objeto de políticas públicas. Foram sujeitos políticos ativos na sua construção.

Naturalmente, este percurso não esteve isento de tensões. O movimento sindical docente refletiu — como não poderia deixar de refletir — as clivagens da sociedade portuguesa. Divisões ideológicas, estratégias divergentes, tensões entre negociação e confronto, entre interesses profissionais e visões mais amplas do bem comum.

Mas essas tensões não fragilizam a história que aqui evocamos. Pelo contrário, são parte integrante de um processo profundamente democrático. Um movimento que debate, que diverge, que se reorganiza, é um movimento vivo — e é essa vitalidade que lhe confere relevância social.

Hoje, quando olhamos para o contexto internacional, reconhecemos muitos destes traços em novas vagas de mobilização docente. Em diferentes países, os professores voltam a afirmar-se como atores centrais na defesa da escola pública, na denúncia das desigualdades, na construção de alianças com comunidades.

Isso mostra-nos que o sindicalismo docente continua a ser um dos poucos espaços onde profissão e cidadania se encontram de forma estruturada.

E é aqui que o projeto *The Power of Protest* ganha toda a sua atualidade. Ao estudar o protesto, não estamos apenas a estudar momentos de contestação. Estamos a estudar processos de construção democrática. Estamos a estudar como se formam consensos, como se produzem mudanças, como se constroem comunidades políticas.

Permitam-me, por isso, terminar com uma ideia simples.

O poder do protesto não reside apenas na sua capacidade de dizer “não”. Reside, sobretudo, na sua capacidade de construir alternativas, de dar voz, de criar laços e de aprofundar a democracia.

No caso português, essa história mostra-nos algo fundamental: sem o movimento dos professores, a democracia teria sido mais frágil — e a escola pública, certamente, mais pobre.

Muito obrigado.